

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2011
(Do Sr. Rogério Marinho)

Requer informações ao Ministro da Educação Senhor Fernando Haddad sobre o processo de funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) frente à denúncia de doutrinação política.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, V e 115/116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação Senhor Fernando Haddad sobre o processo de funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) frente à denúncia de doutrinação política:

1. Descrição dos critérios do processo de avaliação pedagógica e aprovação de obras didáticas em 2011;
2. Apresentação do Guia de Livros Didáticos 2011 e responsáveis pela seleção;
3. Esclarecimento e providência do MEC frente à denúncia veiculada pela Imprensa Nacional de doutrinação política em livros didáticos.

JUSTIFICAÇÃO

O livro didático é um dos mais importantes programas para a educação brasileira. Para prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares, o governo federal executa o Programa nacional do Livro Didático. O Programa atende

também aos alunos da Educação de Jovens e Adultos das redes públicas e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, cada ano o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. Cada escola escolhe, dentre os livros constantes no Guia do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), aquele que deseja utilizar, levando em consideração seu planejamento pedagógico. Para participar do programa, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal devem firmar um termo de adesão específico, disponibilizado no sítio do FNDE, dispensado de licitação.

Seu funcionamento prevê: a inscrição das editoras – o edital que estabelece as regras para a inscrição do livro didático é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no sítio do FNDE na Internet. O edital também determina o prazo para a apresentação das obras pelas Empresas detentoras de direitos autorais; triagem/Avaliação – Para analisar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Os especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.

Assim, surge o Guia do Livro: o FNDE disponibiliza o guia do livro didático em seu sítio na Internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. Os livros didáticos passam por um processo de escolha, com base no guia do livro didático. Diretores e professores analisam a escolhem as obras que serão utilizadas. A aquisição: após a compilação dos dados dos formulários e dos pedidos feitos pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores.

Notícia veiculada pelo Jornal “A Folha de São Paulo” em 01/05/2011, no entanto, causou insegurança na confiança deste processo de autonomia pedagógica e financeira:

***Livros aprovados pelo MEC criticam FHC e elogiam Lula
Obras atacam privatizações feitas pelo tucano e minimizam o
mensalão.
Comissão formada por professores avalia os livros, que são
usados por 97% das escolas da rede pública de ensino
LUIZA BANDEIRA
RODRIGO VIZEU
DE SÃO PAULO***

Livros didáticos aprovados pelo MEC (Ministério da Educação) para alunos do ensino fundamental trazem críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da

Silva (PT). Uma das exigências do MEC para aprovar os livros é que não haja doutrinação política nas obras utilizadas.

O livro "História e Vida Integrada", por exemplo, enumera problemas do governo FHC (1995-2002), como crise cambial e apagão, e traz críticas às privatizações.

Já o item "Tudo pela reeleição" cita denúncias de compra de votos no Congresso para a aprovação da emenda que permitiu a recondução do tucano à Presidência.

O fim da gestão FHC aparece no tópico "Um projeto não concluído", que lista dados negativos do governo tucano. Por fim, diz que "um aspecto pode ser levantado como positivo", citando melhorias na educação e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já em relação ao governo Lula (2003-2010), o livro cita a "festa popular" da posse e diz que o petista "inovou no estilo de governar" ao criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O escândalo do mensalão é citado ao lado de uma série de dados positivos.

Ao explicar a eleição de FHC, o livro "História em Documentos" afirma que foi resultado do sucesso do Plano Real e acrescenta: "Mas decorreu também da aliança do presidente com políticos conservadores das elites". Um quadro explica o papel dos aliados do tucano na sustentação da ditadura militar.

*Quando o assunto é o governo Lula, a autora -que à **Folha** disse ter sido imparcial- inicia com a luta do PT contra a ditadura e apenas cita que o partido fez "concessões" ao fazer "alianças com partidos adversários".*

Em dois livros aprovados pelo MEC, só há espaço para as críticas à política de privatizações promovida por FHC, sem contrabalançar com os argumentos do governo.

MENSALÃO

Já na apresentação da gestão Lula, há dois livros que não citam o mensalão.

Em "História", uma frase resume o caso, sem nomeá-lo: "Em 2005, há que se destacar, por outro lado, a onda de denúncias de corrupção que atingiu altos dirigentes do PT, inúmeros parlamentares da base do governo no Congresso e alguns ministros do governo federal".

*A **Folha** não conseguiu falar com os autores da obra.*

Uma das críticas feitas a Lula é o fato de ter continuado a política econômica do antecessor.

Os livros aprovados pelo MEC no Programa Nacional do Livro Didático são inscritos pelas editoras e avaliados por uma comissão de professores. Hoje, 97% da rede pública usa livros do programa.

São analisados critérios como correção das informações e qualidade pedagógica. As obras aprovadas são resenhadas e reunidas em um guia, que é enviado às escolas públicas para escolha dos professores.

Diante do exposto, as informações ora requeridas são, portanto, de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Deputado Rogério Marinho